



CONTRATO Nº 17 / 2014

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE JARDINAGEM, INCLUINDO
MÃO DE OBRA, INSUMOS E
EQUIPAMENTOS, CELEBRADO COM A
UNIÃO - POR INTERMÉDIO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM
GOIÁS - E A EMPRESA FLORART
PAISAGISMO LTDA.**

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e catorze (2014), de um lado a **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS**, CNPJ nº 26.989.715/0014-27, situada na Avenida Olinda, Conjunto G e H, Lote 02, Park Lozandes, Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, neste ato representada por seu Secretário Estadual, **DJALMA LEANDRO JÚNIOR**, brasileiro, casado, carteira de identidade nº 0574 - SSP/TO e CPF nº 640.145.681-72, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 112 combinado com o art. 108 do Regimento Interno do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR nº 591/2008 e Portaria PR/GO nº 176/2013, em sequência designada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **FLORART PAISAGISMO LTDA**, CNPJ nº 36.831.212/0001-68, estabelecida na Rua 88, nº 693, Setor Sul, Goiânia-GO, CEP 74.085-115, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por **MARCELO BUENO FERNANDES**, brasileiro,



separado judicialmente, engenheiro agrônomo, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 1.455.416, SSP-GO, inscrito no CPF sob o nº 324.181.401-72, residente e domiciliado na Rua 1, nº 408, QD-CH, Lt. 03, Vila São João, Goiânia/GO, CEP 74.815-420, conforme 11ª Alteração Contratual, juntada ao processo, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado, e celebram, por força deste instrumento e de conformidade com o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, pelo Decreto nº 2.271, de 07/07/97 e Processo PR/GO nº 1.18.000.003639/2014-61, o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM**, cujo regime é o de execução indireta, empreitada por preço global, conforme definido no edital do Pregão nº 15/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de manutenção e revitalização de jardins, com fornecimento de mão de obra e todos os equipamentos e insumos necessários para execução dos serviços nas instalações da Procuradoria da República em Goiás, com quantitativos e especificações técnicas que constam do Termo de Referência (Anexo I).

Parágrafo Único - Documentação Complementar

O serviço ora contratado obedecerá ao estipulado neste Contrato e no Pregão nº 15/2014, incluindo as especificações dos serviços constantes dos itens 3, 4 e 5 do Termo de Referência (anexo I), bem como a proposta apresentada, datada de 17/12/2012, além das obrigações assumidas nos documentos constantes do Processo/MPF/PR/GO nº 1.18.000.003639/2014-61 e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA

Para fins de execução dos serviços descritos, a **CONTRATADA** alocará nas dependências do **CONTRATANTE** recursos humanos de seu quadro, ou de empresa subcontratada, nas quantidades e categorias profissionais constantes dos quadros abaixo:

CATEGORIAS	QUANTIDADE DE POSTOS	JORNADA TRABALHO	DE
Engenheiro Agrônomo - experiência em paisagismo	1	06 horas mensais	
Jardineiro	1	44 horas/semanais	



Total de Postos	2	
-----------------	---	--

Parágrafo Primeiro – Das características das categorias profissionais

A CONTRATADA deverá manter nas dependências da Procuradoria da República em Goiás 1 (um) jardineiro especializado e com amplo conhecimento nos serviços a serem contratados:

1. A CONTRATADA disponibilizará 1 (um) Engenheiro Agrônomo, responsável por supervisionar os serviços de jardinagem, conforme especificado abaixo:

a) O Engenheiro deve pertencer ao quadro de profissionais da CONTRATADA e sua presença deverá ser registrada na Área Gestora do Contrato, com a indicação da hora de chegada e de saída bem como das suas atividades desenvolvidas, por meio de livro de ocorrência.

b) O Engenheiro ficará encarregado de acompanhar, vistoriar e orientar os serviços semanalmente ou sempre que o CONTRATANTE julgar necessário, dentro da jornada de 6 horas mensais, bem como de elaborar relatórios mensais de produtividade e de consumo de materiais utilizados, submetendo-os à análise da CONTRATANTE.

c) A rotina e as especificações dos serviços de jardinagem contratados encontram-se no Termo de Referência que é parte integrante deste contrato, obrigando-se à CONTRATADA a observá-lo fielmente.

Parágrafo segundo - Da jornada de trabalho

Os horários e a jornada semanal a serem cumpridos pelas categorias previstas para a execução do objeto contratado, também especificados no Anexo I do Edital, serão inicialmente os seguintes:

1. A jornada de trabalho a ser cumprida pelo jardineiro será de 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanais, facultada a compensação de horários, conforme previsão em acordo ou convenção coletiva de trabalho;



2. Os horários de trabalho serão estabelecidos de acordo com a conveniência administrativa da CONTRATANTE, desde que não extrapole a jornada de trabalho semanal (44 horas);

3. A carga horária semanal de trabalho do engenheiro agrônomo será de 06 horas mensais, devendo comparecer nas dependências da Procuradoria da República de Goiás pelo menos uma vez por semana, com acompanhamento de 1 (uma) hora e 30 minutos semanal, totalizando 6 horas mensais;

4. A distribuição das horas poderá ser alterada a critério da Administração, mediante comunicação formal à CONTRATADA, desde que atendidas as normas legais e regulamentares pertinentes.

Parágrafo Terceiro – Do fornecimento de uniformes

A CONTRATADA deverá fornecer 3 (três) conjuntos de uniformes completos para a categoria profissional de jardineiro, no início da execução do contrato, consoante especificações abaixo:

CONJUNTO DE UNIFORMES

Categoria Profissional	Quantitativo e Tipo de Peças
Jardineiro	a) 2 (quatro) Calças compridas em tecido de 100% algodão, tipo "jeans azul"; b) 2 (cinco) Camisas em tecido de malha fria, com mangas longas, com a logomarca da empresa à frente do lado esquerdo e nas costas a palavra "JARDINAGEM"; c) 1 (um) par de botina cano médio, em couro, de solado liso e antiderrapante, adequado às necessidades de segurança; d) 01 (um) par de bota emborrachada, cano longo e solado antiderrapante, para o empregado realizar tarefas que possam ocasionar a umidade nos pés; e) 01 (um) chapéu com abas e proteção para o pescoço, com a logomarca da empresa; f) 2 (três) pares de meias pretas.

1. A partir da data prevista para início da execução dos serviços, independentemente da data de entrega dos uniformes, deverão ser substituídos 03 (três) conjuntos



completos de uniforme para cada jardineiro a cada 06 (seis) meses ou a qualquer tempo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da CONTRATANTE, sempre que não estejam atendendo às condições mínimas de apresentação exigidas;

2. Poderá ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto ao tecido, à cor, ao modelo, desde que aceitas pela Administração;

3. Os Uniformes deverão ser novos e de primeiro uso;

4. Os uniformes deverão ser entregues a todos os empregados, mediante recibo individualizado por categoria profissional (relação nominal dos empregados, contendo a especificação de cada peça recebida, respectivos quantitativos e, impreterivelmente, assinada e datada pelo empregado na efetiva data de entrega de cada peça que forma o conjunto de uniforme. Após a entrega do uniforme, deverá ser enviada à CONTRATANTE, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para fiscalização e controle da PR/GO, cópia dos recibos comprovando a entrega, juntamente com a original para conferência;

5. O custo do uniforme e ajustes necessários serão de total responsabilidade da CONTRATADA, não podendo ser descontado do salário do empregado, salvo em caso de comprovado dano causado por ele e desde que tal possibilidade tenha sido acordada em Contrato de Trabalho;

6. Todos os modelos de uniforme deverão ter corte adequado a cada profissional, masculino ou feminino, seguindo os padrões de boa qualidade e de apresentação exigidos pela CONTRATANTE, conforme descrito no quadro acima, devendo a CONTRATADA providenciar as devidas adaptações quando necessárias, inclusive quanto às profissionais gestantes, que deverão ter seus uniformes substituídos sempre que necessário. É proibido uso de saia ou bermuda.

7. A distribuição dos uniformes será feita conjuntamente em dia único, não podendo a CONTRATADA, em hipótese alguma, substituir a entrega aos seus empregados de qualquer das peças que compõe o conjunto de uniforme por pecúnia.

8. Os jardineiros, em período de experiência, deverão estar identificados como: "JARDINAGEM em treinamento".

7 X MB 2

**Parágrafo Quarto – Do fornecimento de materiais e equipamentos**

A CONTRATADA deverá fornecer, sem ônus para CONTRATANTE, todo material de consumo, equipamentos, ferramentas, componentes, produtos, aparelhos de medições e testes indispensáveis à execução dos serviços solicitados, consoante estabelecido no item 4 do anexo I do Edital.

1. A CONTRATADA deverá fornecer, sempre que solicitado pelo Fiscal do Contrato, previamente à aquisição, amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes de sua execução.
2. A CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal do Contrato todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos, o qual autorizará o descarte final destes materiais.
3. A substituição de peças, equipamentos ou acessórios, mediante prévia comprovação da necessidade, deverá ser feita pela CONTRATADA, cuja justificativa deverá ser assinada pelo responsável técnico e autorizada pelo Fiscal do Contrato.
4. Para obter o ressarcimento referente aos materiais fornecidos, exceto aqueles listados no sub item 10.1, a CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, 03 (três) cotações obtidas junto aos seus fornecedores para aprovação prévia da CONTRATANTE. Será levada em conta a cotação mínima de mercado do produto.
5. O Fiscal do Contrato deverá ser comunicado pela CONTRATADA quando da substituição de peças, que poderá acompanhar a substituição para certificar-se da originalidade e da genuinidade dos componentes.
6. A CONTRATADA, após autorização do Fiscal, será responsável pela destinação (descarte) de peças ou equipamentos que forem substituídos, em conformidade com os dispositivos legais regulamentares vigentes.
7. Para os materiais retirados como entulhos, lixos ou resíduos é dispensada a autorização do Fiscal para o descarte.
8. A CONTRATADA deverá observar que, nos casos de manutenção corretiva com substituição de peças, equipamentos ou acessórios, o prazo para normalização do sistema será de no máximo 5 (cinco) dias úteis.
9. A formalização imediata da comunicação à CONTRATANTE, quando houver necessidade de maior prazo para a execução do serviço, justificando e propondo novo prazo, será feita pela CONTRATADA, o qual poderá ou não ser aceito pelo Fiscal do Contrato;

7



10. O fato de os profissionais não terem conhecimento suficiente para a resolução de um problema específico relativo ao Objeto, não será justificativa para o não-cumprimento do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para a normalização do funcionamento do sistema. A CONTRATADA poderá subcontratar uma empresa ou profissional para a resolução do problema, sendo que o ônus da contratação ficará a cargo da CONTRATADA, salvo nos casos excepcionais previstos no item 6 deste termo de referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se obriga a:

1. assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados em suas dependências;
2. prestar informações e esclarecimentos necessários ao bom desenvolvimento das tarefas;
3. relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente através de pessoa por ela credenciada;
4. efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
5. vistoriar e aprovar o estoque de material de consumo, ferramentas, máquinas e equipamentos disponibilizados pela CONTRATADA, conforme Anexo I e II;
6. disponibilizar local apropriado para guarda dos materiais de consumo, ferramentas, máquinas e equipamentos;
7. disponibilizar instalações sanitárias e vestiários com armários guarda-roupa aos profissionais;
8. disponibilizar local apropriado com mesas e cadeiras para que os profissionais da CONTRATADA possam efetuar suas refeições;
9. instruir a CONTRATADA acerca das normas de segurança, bem assim de prevenção de incêndio implantadas pela CONTRATANTE;
10. exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista no artigo 67 da Lei nº 8.666/93;
11. proporcionar todas as condições para que os empregados da CONTRATADA possam desempenhar os trabalhos dentro das normas legais e contratuais, destinando local apropriado



para que o preposto desempenhe adequadamente sua função;

12. realizar reuniões periódicas com o preposto visando aprimorar a prestação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, além do fornecimento da mão de obra, materiais, máquinas, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços de jardinagem do prédio e demais atividades correlatas, obriga-se a:

1. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, atendendo à todas as suas reclamações;
2. manter sediado junto à Administração durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
3. implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;
4. indicar um preposto, aceito pela administração da PR/GO, para representar a CONTRATADA na execução do contrato, com a missão de garantir o bom andamento do serviço, devendo comparecer duas vezes por semana a fim de fiscalizar e ministrar a orientação necessária aos executantes dos trabalhos. Esse preposto terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;
5. responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
6. instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;
7. prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos e, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e



tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

8. observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, máquinas, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;

9. adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição;

10. racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

11. substituir substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

12. racionalizar/economizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

13. treinar/capacitar periodicamente seus empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição, manuseio de equipamentos e produtos;

14. reciclar/destinar adequadamente os resíduos gerados nas atividades de jardinagem;

15. apresentar, impreterivelmente, à CONTRATANTE, no início da execução dos serviços, relação de seus bens, atualizando-a sempre que ocorrer alteração, bem assim promover a identificação destes, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;

16. utilizar materiais de consumo e demais produtos, assim como máquinas, ferramentas e equipamentos, aprovados pelos órgãos governamentais competentes, devendo ser entregues em embalagens que não causem danos a pessoas ou a revestimentos, pisos, instalações elétricas ou hidrossanitárias, redes de dados ou voz, ar-condicionado, detecção e combate a incêndio e todas as demais instalações existentes nas dependências da CONTRATANTE. Esses produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

17. utilizar na execução dos serviços produtos que contenham rótulo indicando o registro do Ministério da Saúde ou órgão equivalente; razão social, CNPJ e endereço do fabricante; químico responsável, data de fabricação e de validade e instruções sobre precauções e manuseio. Servidor da CONTRATANTE efetuará a fiscalização sobre o atendimento dessa exigência;

18. selecionar e treinar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores

[Assinaturas manuscritas]



de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

19. manter o estoque mínimo de material de consumo constante do Anexo I e II, que poderá sofrer alteração, tanto para mais quanto para menos, de acordo com a necessidade do serviço, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga e descarga, possíveis perdas, danos ou prejuízos, bem como pela sua distribuição diária para a execução dos serviços e guarda dos produtos, máquinas e equipamentos;

20. coordenar, comandar, fiscalizar e orientar os profissionais quanto ao bom andamento dos serviços, cuidando da disciplina e controlando a assiduidade e pontualidade dos profissionais;

21. manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's necessários;

22. efetuar registros no "Livro de Ocorrência", onde serão realizadas pelo preposto anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos, com indicações técnicas, início e término de etapas de serviços, causas, consequências e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, e demais assuntos que requeiram providências das partes interessadas, devendo, necessariamente, ser apresentado ao gestor do contrato, ao final de cada dia, para conhecimento e visto. Se necessário, a CONTRATANTE poderá, também, registrar informações no livro de ocorrência;

23. manter, diariamente, o efetivo de pessoal previsto, efetuando a reposição de pessoal, em caráter imediato, em caso de eventual ausência;

24. providenciar, mediante mútuo acordo com a CONTRATANTE, de forma fundamentada, a substituição de pessoal, empregado ou não, que esteja obstruindo a execução do contrato ou que esteja colocando em risco o patrimônio institucional ou material de uma ou de ambas as partes;

25. fornecer outros materiais de consumo, ferramentas, máquinas e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços, e/ou repor o estoque previsto no Anexo I e II, que tenha sofrido variações de consumo;

26. cumprir a legislação e as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, diligenciando para que seus profissionais trabalhem com Equipamento de Proteção



Individual (EPI), ficando a cargo da CONTRATADA e às suas despesas o fornecimento desses equipamento;

27. havendo paralisação total ou parcial dos transportes coletivos na cidade de Goiânia e municípios limítrofes que impossibilite de alguma forma o deslocamento dos profissionais ao trabalho e respectivo retorno às residências, a CONTRATADA obriga-se, por meios próprios, a efetuar o transporte dos seus funcionários, de forma a cumprir fielmente os horários estabelecidos para a realização dos trabalhos;

28. assumir toda responsabilidade quanto ao atendimento dos profissionais acidentados ou com mal súbito, tomando as medidas necessárias por meio de seu preposto e/ou representante legal;

29. disponibilizar armários, prateleiras, tapume, e outros itens necessários para guarda dos materiais de consumo, ferramentas, máquinas e equipamentos, os quais deverão ser instalados em local apropriado, estabelecido pela CONTRATANTE;

30. ressarcir prejuízos de qualquer natureza causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução do contrato, por dolo ou culpa de seu empregado, prepostos ou representantes, a preços atualizados, dentro de 10 (dez) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE poderá descontar o valor do seu crédito relativo à fatura a vencer;

31. não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços objeto da presente contratação,

32. não retirar equipamentos, exceto por motivo de manutenção ou de substituição por similar ou por equipamento de tecnologia superior, mediante prévia autorização do gestor do contrato;

33. manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

34. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

35. apresentar à CONTRATANTE, no prazo de 15 dias após o início da execução do contrato, relação nominal dos seus empregados que prestarão os serviços, acompanhada de cópia das respectivas carteiras de trabalho;

36. estar apta a iniciar os trabalhos no prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir da celebração do contrato;



37. fornecer os dados funcionais dos terceirizados admitidos, para cadastramento nos sistemas informatizado da contratante, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), a contar da solicitação.

38. comprovar, se for o caso, o cumprimento do art. 93 da Lei nº 8.213/91 que dispõe: "A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados	2%;
II - de 201 a 500	3%;
III - de 501 a 1.000	4%;
IV - de 1.001 em diante	5%."

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Constituem responsabilidades da CONTRATADA:

1. Todas as despesas relacionadas aos seus empregados, decorrentes da execução do serviço, tais como:

1.1 salários;

1.2 adicionais devidos por imposição legal ou em função de acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho;

1.3 encargos previdenciários;

1.4 seguros de acidente;

1.5 taxas, impostos e contribuições;

1.6 indenizações;

1.7 vales-refeição;

1.8 vales-transporte;

1.9 outras porventura existentes ou que venham a ser criadas e exigidas por lei ou em função de acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho.

2. Todos os encargos e obrigações trabalhistas, uma vez que seus empregados não manterão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

3. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em



ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho do serviço ou em conexão com ele, inda que ocorridos em dependências da **CONTRATANTE**.

4. Todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

5. Responder civil e administrativamente pelos prejuízos causados ao patrimônio da União em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, inclusive pelos furtos e roubos que, porventura, venham a ocorrer nas dependências da **CONTRATANTE**, caso comprovado dolo ou culpa destes.

6. Na hipótese de verificação dos danos previsto no subitem anterior, a **CONTRATADA** ficará obrigada a promover a reposição do bem em condições idênticas ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês.

7. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, e garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização e com as especificações constantes no orçamento apresentado.

8. Selecionar e preparar rigorosamente o empregado que irá prestar os serviços, encaminhando pessoas com as funções profissionais pretendidas legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

9. Fornecer nome, endereço, telefone e número do documento de identidade, bem como cópia da carteira de trabalho dos empregados alocados para a prestação do serviço.

10. Manter seu funcionário, durante o horário de trabalho, ou enquanto estiverem nas dependências da **CONTRATANTE**, devidamente uniformizado, identificado por crachá e provido dos Equipamentos de Proteção Individual, substituindo-o imediatamente, quando este for considerado inapto tecnicamente ou julgado inconveniente à ordem ou às normas disciplinadoras da **CONTRATANTE**.

11. Orientar seus empregados para o cumprimento rigoroso dos horários estabelecidos, devendo, ainda, substituí-los nos casos de faltas, ausências legais ou férias, de maneira a não prejudicar o bom andamento e a boa execução dos serviços.



12. Cumprir horários e periodicidade para a execução dos serviços fixados pela Administração, segundo suas conveniências e em consonância com a Fiscalização do Contrato.

13. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços, e responsabilizar-se por quaisquer danos causados aos equipamentos decorrentes do mal uso pelos seus empregados.

14. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações do Gestor do Contrato, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

15. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do **CONTRATANTE** ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste CONTRATO, devendo orientar seus empregados neste sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

16. Credenciar por escrito, junto ao **CONTRATANTE**, um preposto com poderes de decisão para representar a empresa, na cidade de Goiânia/GO, principalmente no tocante à eficiência e agilidade na execução dos serviços objeto da contratação, conforme art. 68 da lei 8.666/93, e fornecer números telefônicos e outros meios para contato.

17. Reportar-se ao Gestor do Contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas e relatando toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver a prestação dos serviços.

18. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os danos causados por dolo ou culpa, comprovadamente, por seus empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CONTRATANTE**, podendo ser descontado o valor a ser ressarcido de fatura vincenda, ou ainda, ser cobrado em juízo.

19. Repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer objeto da **CONTRATANTE** e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.

20. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à **CONTRATANTE** e/ou terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho.



21. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração, inclusive quanto à prevenção de incêndios, e as de segurança e medicina do trabalho.

23. Entregar à PR/GO a quitação das obrigações trabalhistas e tributárias e apresentar mensalmente, juntamente com a fatura mensal dos serviços prestados, como condição à percepção mensal do valor faturado, a cópia da folha de pagamento ou recibo assinado pelo funcionário, se for o caso, cópia dos pagamentos de férias e, no caso de funcionários demitidos, das verbas rescisórias.

24. Efetuar o pagamento da remuneração das férias até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

25. Entregar à PR/GO, as cópias dos recibos de entrega dos vales-transporte, dos vales-alimentação, dos uniformes e de outros benefícios estipulados na Convenção Coletiva de Trabalho, nos quais deverão constar: nome e matrícula do empregado, data da entrega, bem como a quantidade, o valor e o mês de competência e, ainda, assinatura do empregado atestando o recebimento dos mesmos, cuja comprovação deverá ocorrer em até 02 (dois) dias úteis após o fornecimento dos respectivos benefícios.

26. Manter vínculo empregatício formal, expresso, com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as verbas trabalhistas, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, conforme a natureza jurídica da **CONTRATADA**, bem como por quaisquer acidentes ou mal súbito de que possam ser vítimas os empregados, durante a prestação de serviços ou no trajeto casa/trabalho e vice versa, ficando ressalvado que a inadimplência da **CONTRATADA** para com os encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

27. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

28. Efetuar a quitação dos salários pertinentes aos seus empregados alocados ao serviço até o 5º dia útil do mês



subsequente, bem como fornecer aos seus empregados vale-transporte e outros benefícios e vantagens previstos na legislação e nos acordos coletivos de trabalho.

29. Responsabilizar-se por acidentes e doenças do trabalho e emitir a CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho).

30. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**..

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses – de 23/12/2014 a 23/12/2015, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALOR CONTRATUAL

A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelos serviços ora contratados, o valor global anual de R\$ 50.099,64 (cinquenta mil, noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos) durante a vigência deste contrato.

Parágrafo Primeiro

A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelos serviços prestados, o valor global mensal de R\$ 4.174,97 (quatro mil, cento e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos), no mês subsequente ao da realização dos serviços, até o 5º (quinto) dia útil, após o atesto da Nota Fiscal/ Fatura pelo Gestor Contratual, acompanhada das guias de recolhimento de FGTS e INSS e comprovante do pagamento de todos os encargos trabalhistas, dos recibos dos pagamentos de férias, e no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias.

Parágrafo Segundo

A **CONTRATADA** entregará à PR/GO, em até 05 (cinco) dias da assinatura do contrato, garantia numa das modalidades previstas no Artigo 56 da Lei 8.666/93, no valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor global do contrato.

Parágrafo Terceiro

A garantia prestada deverá vigorar durante todo o prazo do presente Contrato, devendo seu valor ser atualizado nas mesmas condições e datas daquele.

Parágrafo Quarto

A **CONTRATANTE** fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste Contrato, ou para reparar danos decorrentes das ações ou omissões da **CONTRATADA** ou de preposto seu, ou ainda para satisfazer quaisquer obrigações, judiciais ou extrajudiciais, resultantes ou decorrentes de suas ações ou omissões.

**Parágrafo Quinto**

A autorização contida no item anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas nos termos deste Contrato, observada a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo Sexto

A **CONTRATADA** se obriga a repor, no prazo de 02 (dois) dias úteis após recebimento de notificação, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela **CONTRATANTE**, devendo o montante ser mantido em sua totalidade durante toda a vigência contratual.

Parágrafo Sétimo

A garantia prestada pela **CONTRATADA** será restituída, automaticamente ou por solicitação, somente após comprovação de integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas, encargos previdenciários, trabalhistas e satisfação de prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, em virtude da execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Oitavo

A garantia oferecida na modalidade fiança-bancária, deverá:

- 1) - ser concedida nos termos e condições autorizadas pelo Banco Central do Brasil;
- 2) - Ser concedida pelo valor integral exigido para a fiança;
- 3) - Ter validade durante todo o prazo de vigência do contrato;
- 4) - Conter renúncia expressa ao benefício de ordem;
- 5) - Estabelecer prazo máximo de 48 horas para cumprimento;
- 6) - Ser irrevogável, salvo no caso de substituição por outra modalidade de fiança, nos termos do art. 56 da Lei 8.666/93, previamente aprovado pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pelos serviços efetivamente prestados, a importância mensal **CONTRATADA**, nas seguintes condições:

7 A 17



a) o pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil após o atesto da nota fiscal/fatura pelo Fiscal do Contrato, por meio de depósito em conta corrente via Ordem Bancária;

b) a liberação da nota fiscal/fatura para pagamento ficará condicionada ao atesto da unidade responsável pelo acompanhamento e recebimento dos objetos ora contratados; ,

b1) o fiscal do contrato terá até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços para atestar a sua efetiva prestação, desde que tenha recebido a nota fiscal/fatura em tempo hábil.

c) a respectiva nota fiscal/fatura deverá estar devidamente discriminada, em nome da Procuradoria da República no Estado de Goiás, CNPJ nº 26.989.715/0014-27;

d) qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação em favor da CONTRATANTE;

e) nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência;

f) a nota fiscal/fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

f1) do pagamento da remuneração devida aos empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, referente ao mês anterior ao que se refere a Nota Fiscal apresentada, incluindo férias, 13º salário, bem como vales-transporte e vales-refeição (quando previstos na convenção coletiva), e comprovante do pagamento de todos os encargos trabalhistas, dos recibos de pagamentos de férias, e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias;



f2) do pagamento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) acompanhada das respectivas guias de recolhimento, correspondentes à remuneração devida aos empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, e pagas no mês anterior ao que se refere a Nota Fiscal apresentada;

f3) da regularidade fiscal, através da apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débito (CND)/Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa (CPD-EN) do INSS, Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Estaduais, Certidão Quanto à Dívida Ativa do Estado e Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal;

f4) da apresentação dos documentos da GFIP/SEFIP para o FGTS e Previdência Social, a saber: Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP-RE, Resumo do Fechamento - Empresa/FGTS, Relação Tomador/Obra - RET, Relação Tomador/Obra(RET) - Resumo, Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS - Empresa e Protocolo de envio de arquivos - emitido pela Conectividade Social;

f5) do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração;

f6) do comprovante de pagamento do seguro de vida referente ao mês anterior, acompanhado da relação dos empregados segurados.

g) no caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplimento da parcela, será de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;



I = índice de atualização financeira = 0,0001643.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga;

h) o atraso no pagamento decorrente das circunstâncias descritas na obrigação anterior, não exime a empresa de promover o pagamento dos empregados pontualmente; e

i) a data de emissão da ordem bancária em favor da CONTRATADA, será considerada como a do efetivo pagamento.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

Para assegurar o cumprimento das obrigações, a CONTRATADA deverá apresentar prestação de garantia, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do início da vigência deste contrato, no valor de R\$ 2.504,98 (dois mil, quinhentos e quatro reais e noventa e oito centavos), correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor global anual previsto no caput da Cláusula Quinta deste instrumento.

Parágrafo Primeiro

A garantia prestada deverá vigorar durante todo o prazo do presente Contrato, devendo seu valor ser atualizado nas mesmas condições e datas daquele.

Parágrafo Segundo

A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste Contrato, ou para reparar danos decorrentes das ações ou omissões da CONTRATADA ou de preposto seu, ou ainda para satisfazer quaisquer obrigações, judiciais ou extrajudiciais, resultantes ou decorrentes de suas ações ou omissões.

Parágrafo Terceiro

A autorização contida no item anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas nos termos deste Contrato, observada a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo Quarto

A CONTRATADA se obriga a repor, no prazo de 02 (dois) dias úteis após recebimento de notificação, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela CONTRATANTE, devendo o montante ser mantido em sua totalidade durante toda a vigência contratual.

Parágrafo Quinto



A garantia prestada deverá vigorar por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser integralizada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após recebimento de notificação, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver redimensionamento do contrato ou repactuação de preços, de modo que corresponda a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato.

Parágrafo Sexto

A garantia prestada pela CONTRATADA será restituída, automaticamente ou por solicitação, somente após comprovação de integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas, encargos previdenciários, trabalhistas e satisfação de prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, em virtude da execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Sétimo

A garantia oferecida na modalidade fiança bancária, deverá:

1. ser concedida nos termos e condições autorizadas pelo Banco Central do Brasil;
2. ser concedida pelo valor integral exigido para a fiança;
3. ter validade durante todo o prazo de vigência do contrato;
4. conter renúncia expressa ao benefício de ordem;
5. estabelecer prazo máximo de 48 horas para cumprimento;
6. ser irrevogável, salvo no caso de substituição por outra modalidade de fiança, nos termos do art. 56 da Lei 8.666/93, previamente aprovado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA REPACTUAÇÃO

Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no parágrafo que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLT/MPGO nº 2, de 2008.

Parágrafo Primeiro

A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos

7 A

22



decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

Parágrafo Segundo

O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

1. para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
2. para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital;
3. nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo a respectiva repactuação anterior.

Parágrafo Terceiro

O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

Parágrafo Quarto

Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

- a) da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
- b) do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
- c) caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados.

Parágrafo Quinto

É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por



força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

Parágrafo Sexto

A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

Parágrafo Sétimo

Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

Parágrafo Oitavo

Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
2. as particularidades do contrato em vigência;
3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;
4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
5. índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

Parágrafo Nono

Deverá, ainda, ser observado, quando da repactuação do contrato, o valor máximo para o "fator k" de 2,70 (dois inteiros e sete centésimos) para o posto de jardineiro e engenheiro.

O "fator k" é obtido pela divisão do preço mensal do posto de trabalho pela remuneração mensal do empregado do respectivo posto.

Parágrafo Décimo

A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

Parágrafo Décimo Primeiro

Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;



b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras.

Parágrafo Décimo Segundo

A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou não apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos conforme o estabelecido nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto deste contrato correrão, no presente exercício, à conta dos recursos consignados no Orçamento do Ministério Público Federal para o ano de 2014, no elemento de despesa 33.90.37, programa de trabalho resumido 063907 e plano interno MBIESTADOS1 e, no próximo exercício, à conta da dotação orçamentária prevista para atender despesas da mesma natureza.

Parágrafo Único

Para a cobertura das despesas relativas ao corrente exercício, foi emitida a Nota de Empenho Nº 000711, de 22 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 4.174,97 (quatro mil, cento e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES E DOS RECURSOS

Caso a CONTRATADA deixe de entregar ou apresente documentação falsa exigida na contratação, enseje o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução de seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometa fraude fiscal, ficará, garantida prévia defesa, impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais. Entende-se por falha na execução do contrato a sua inexecução ou descumprimento total ou parcial.

- 1) Pela inexecução parcial do contrato, a Contratante poderá aplicar à CONTRATADA multa de 2% (dois por cento), por ocorrência, limitada ao total de 10% (dez por cento), exceto para o caso de descumprimento total do contrato, quando o valor da multa deverá ser de 10% (dez por cento), ambas incidentes sobre o valor global total do contrato.



2) Em caso de atraso na execução do contrato, poderá ainda ser aplicada à **CONTRATADA** multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor global total do contrato, limitada ao total de 10% (dez por cento).

3) Caso haja atraso na execução do contrato superior a 10 (dez) dias, poderá configurar-se, a critério da Administração, a inexecução total do contrato.

4) Nos demais casos enunciados no item 1, a multa será de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global total da contratação.

Parágrafo Primeiro

A aplicação da sanção prevista na alínea "d", item 2, *caput*, desta Cláusula, é de competência exclusiva do Procurador Geral da República.

Parágrafo Segundo – Da Cumulatividade das Sanções

De conformidade com o art. 87, § 2º, da Lei nº 8.666/93, as sanções previstas são independentes e cumulativas.

Parágrafo Terceiro – Do Pagamento das Multas

O valor das multas previstas nesta cláusula será descontado de pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou recolhido ao Tesouro, por intermédio de GRU, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação, entregando-se o comprovante à Administração da Procuradoria da República em Goiás. Se a **CONTRATADA** não efetuar o recolhimento no prazo estipulado, o valor será cobrado judicialmente, acrescido dos índices estabelecidos para os débitos fiscais e de juros moratórios adotados pelo Governo Federal, calculados sobre o valor das multas.

Parágrafo Quarto - Dos Recursos

Da aplicação de qualquer das penalidades referidas nesta Cláusula caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação do ato, ao Exmo. Sr. Chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás, por intermédio do Coordenador de Administração, o qual poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse prazo, encaminhá-lo ao Procurador-Chefe, que, devidamente informado, fará sua apreciação e decidirá em igual prazo.

No caso de declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", item 2, desta Cláusula, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O não cumprimento das Cláusulas e Condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE**, o direito de rescindi-lo, mediante notificação através de ofício entregue diretamente à **CONTRATADA** ou por via postal com Aviso de Recebimento



(AR), sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Nona e também pelos seguintes motivos:

- 1) atraso injustificado na prestação dos serviços contratados;
- 2) paralisação dos serviços sem justa causa ou sem prévia comunicação à **CONTRATADA**;
- 3) transferência, subcontratação total ou parcial do objeto contratado, sem prévia anuência da **CONTRATANTE**;
- 4) o não atendimento das determinações do representante da **CONTRATANTE**, designado para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato;
- 5) o cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços contratados;
- 6) a dissolução da empresa **CONTRATADA**;
- 7) alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da empresa **CONTRATADA**, que a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução deste Contrato;
- 8) de interesse do Serviço Público de alta relevância, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- 9) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato; e
- 10) decretação de falência da **CONTRATADA**.

Parágrafo Único

Os casos de Rescisão Contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO

Este contrato poderá ser alterado, desde que haja interesse da **CONTRATANTE**, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO

Para o acompanhamento e fiscalização do presente contrato, será designado um Gestor Contratual, a título de Representante da Procuradoria da República no Estado de Goiás.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

7



Correrão por conta da **CONTRATANTE** as despesas que incidirem sobre o Contrato inclusive a publicação de seu extrato e eventuais termos aditivos no Diário Oficial da União, que deverá ser providenciada até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos com base nos princípios e regras do Direito Civil e Direito Administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária da Capital do Estado de Goiás, para dirimir as questões derivadas deste contrato.

E, por estarem de acordo, lavraram o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelas partes e testemunhas abaixo.

Goiânia, 23 de dezembro de 2014.


Pela contratante:


DJALMA LEANDRO JÚNIOR

Pela contratada:


MARCELO BUENO FERNANDES

Testemunhas:


Antônio Carlos V. Matos Oliveira
CPF 238.022.275-49


Alex Fernandes Borges
CPF 898.007.371-20

Aprovação: 07 / 01 / 2015


Procurador-Chefe

Paulo Henrique Rodrigues Barbosa
Procurador - Chefe Substituto da PRGO
Procurador da República